



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

Colégio
00001

Sala
0001

Ordem
0001

Dezembro/2018

Concurso Público para Provimento de Cargos de
Analista de Finanças e Controle

Nome do Candidato
Caderno de Prova 'S03', Tipo 001

Nº de Inscrição
MODELO

Nº do Caderno
TIPO-001

Nº do Documento
000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação

Conhec. Gerais / Conhec. Específicos / Discursiva - Redação
Cargo ou opção S03 - ANALISTA DE FINANÇAS E CONTROLE
Tipo gabarito 1

001 - E	011 - D	021 - D	031 - E	041 - A
002 - A	012 - E	022 - B	032 - A	042 - C
003 - B	013 - E	023 - E	033 - E	043 - D
004 - C	014 - D	024 - D	034 - C	044 - B
005 - D	015 - A	025 - A	035 - C	045 - C
006 - B	016 - B	026 - B	036 - B	046 - C
007 - E	017 - C	027 - D	037 - C	047 - A
008 - D	018 - B	028 - D	038 - E	048 - B
009 - A	019 - A	029 - D	039 - A	049 - E
010 - C	020 - C	030 - E	040 - A	050 - B



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 5, baseie-se no texto abaixo, do escritor e crítico profissional de literatura e teatro Décio de Almeida Prado.

Vocação de escritor

Os escritores, como os oficiais das forças armadas, são promovidos, seja por merecimento, seja por antiguidade. Alguns impõem-se ao público e aos seus pares em poucos golpes de audácia e talento. São os escritores natos, de vocação imperiosa e irresistível. Outros – e talvez seja este o meu caso – crescem na estima da classe intelectual graças à continuidade de um trabalho de muitos e muitos anos. Escrevem por força do ofício, mas é possível que preferissem permanecer como leitores inveterados.

Quando vejo e revejo a minha vida, que já vai longa, passam-me pela memória várias imagens, as mais antigas às vezes, mais nítidas que as recentes. Verifico então, não sem surpresa, que fiz muitas coisas com as quais não contava e deixei de fazer outras tantas que planejara, é verdade que no plano superficial da vontade, não das forças mais profundas da personalidade.

Na minha meninice, sonhei muito em ser poeta. Depois, já na adolescência, na hora difícil de optar por uma profissão, desejei ser médico, como meu pai, casando, de certo modo, clínica e literatura. Já no fim dos estudos superiores, na falta de melhor, tentei ser professor de filosofia, matéria que, apesar de não ter “a cabeça metafísica”, ensinei por bastante tempo em colégios estaduais, sem qualquer proveito para Aristóteles e Kant, mas com imenso prazer pessoal e alguma aquiescência dos alunos. Não podia imaginar que, levado, certa vez, a escrever uma crítica de teatro, estava definindo, para sempre, o meu futuro. Confesso que tenho orgulho em haver contribuído, na medida das minhas forças, para que o teatro saísse da posição humilhante de primo pobre que ocupava entre as artes literárias brasileiras.

(Adaptado de: PRADO, Décio de Almeida. **Seres, coisas, lugares**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, 181-182)

1. No primeiro parágrafo, ao falar sobre escritores, o autor considera a distinção que há entre aqueles que
 - (A) perseveraram sem sucesso em seu ofício e os que se impõem ao seu público valendo-se da generosidade deste.
 - (B) triunfam pela audácia, mesmo quando sem talento, e os que atingem sucesso relativo na continuidade teimosa de seu trabalho.
 - (C) fazem sucesso em meio aos seus pares e os que, por obra do talento maior, conquistam logo o acolhimento de um grande público.
 - (D) são reconhecidos por força de qualidades inatas e os que, como é o seu caso, se impõem pela força de um irresistível talento.
 - (E) impõem a todos, audaciosamente, seu talento natural e os que se afirmam entre seus pares porque perseveraram em seu ofício.
2. No segmento *no plano superficial da vontade, não das forças mais profundas da personalidade*, no contexto do 2º parágrafo, fica estabelecida uma oposição entre
 - (A) a exterioridade dos desejos aparentes e a consistência das motivações mais pessoais.
 - (B) a fragilidade dos desejos mais pessoais e os impulsos que nos chamam da vida exterior.
 - (C) a ilusão dos desejos dados como profundos e a força do que o destino já planejou para cada um.
 - (D) os bloqueios da nossa personalidade profunda e a forma pela qual os desejos se mostram superficiais.
 - (E) a força imperiosa dos desejos manifestos e o pouco controle que sobre eles tem a personalidade oculta.
3. No terceiro parágrafo, confessa o autor que sua atividade como crítico de teatro
 - (A) deveu-se sobretudo à força insuspeita de uma vocação autêntica que ele sempre reprimira.
 - (B) manifestou-se por uma circunstância fortuita, mas acabou por se estabelecer de modo definitivo.
 - (C) acabou por substituir sua vocação real, que ele exercitou temporariamente no magistério.
 - (D) foi motivada principalmente pela situação humilhante em que se encontrava o teatro nacional.
 - (E) nasceu por iniciativa de terceiros, que o convocaram para sanar os equívocos do teatro brasileiro.



4. É clara, coesa e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Desde sua meninice confiava o autor de que seria um poeta, se bem que depois o pai o inspirara a ser médico, quando ele talvez se dispusesse a unir as vocações.
 - (B) Ensinando filosofia, a despeito de não tirar proveito de Kant e Aristóteles, cujas obras ensinava, nem por isso excluiu-se no autor o prazer com que lhes aquiescia.
 - (C) Sem falsa modéstia, o autor não hesita em reconhecer que contribuiu para a tarefa de situar com maior dignidade o teatro brasileiro em nosso cenário cultural.
 - (D) Lembra-nos o texto que muitas vezes a gente é levado para realizarmos desejos ocultos, sem ignorar que os realiza, em vez daqueles que nos parecem claros.
 - (E) Os intelectuais detêm uma forma de reconhecer a vocação cultural alheia cujos critérios são bastante diversos dos que lhes promove o público em geral.
-
5. O **verbo** indicado entre parênteses deverá flexionar-se de modo a concordar com o elemento sublinhado em:
- (A) Não (**faltar**) ao autor, a despeito de suas vocações aparentes, bastante ânimo para reerguer o prestígio do teatro nacional.
 - (B) Quando a alguém não (**ocorrer**) atender seus impulsos primeiros, é possível que venha a atender sua vocação essencial.
 - (C) Diante das condições que (**atravessar**), naqueles anos, o teatro nacional, não hesitou o autor em buscar redimi-lo.
 - (D) Seria preciso que o (**recomendar**) amigos para a função de crítico teatral para que o autor efetivamente se consagrasse nesse trabalho.
 - (E) Aos alunos de colégio (**brindar**) o professor com suas aulas sobre Kant e Aristóteles, de modo modesto, segundo ele mesmo confessa.
-

Atenção: Para responder às questões de números 6 a 10, baseie-se no texto abaixo.

Conversa sobre o liberalismo

O liberalismo promoveu uma ideia curiosa: para fazer a felicidade de todos (ou, ao menos, da maioria), não seria necessário decidir qual é o bem comum e, logo, impor aos cidadãos que se esforçassem para realizá-lo. Seria suficiente que cada um se preocupasse com seus interesses e seu bem-estar. Essa atitude espontânea garantiria o melhor mundo possível para todos. Afinal, nenhum malandro seria tolo a ponto de perseguir seu interesse particular de maneira excessiva, pois isso comprometeria o bem-estar dos outros e produziria conflitos que reverteriam contra o suposto malandro.

Ora, o liberalismo, aparentemente, pegou pra valer. Não paro de encontrar pessoas convencidas de que, cuidando só de seus interesses, elas, no mínimo, não fazem mal a ninguém. O caso seguinte ilustra o que digo.

Converso com o moço que dirige o táxi. Falamos de perspectivas políticas. Ele está indignado com a corrupção das altas e das baixas esferas da política, convencido de que, não fossem os ladrões, o país avançaria e resolveríamos todos os nossos problemas. Concorro, mas aponto que, mesmo calculando generosamente, o dinheiro que some na corrupção não seria suficiente para mudar o Brasil. Sem dúvida, deve ser bem inferior ao dinheiro que o governo deixa de arrecadar por causa da sonegação banal: rendas não declaradas, notas fiscais que só aparecem sob pedido e por aí vai. Pergunto-lhe então quanto ele paga de Imposto de Renda. Ganho a famosa resposta: "Não adianta pagar, porque nada volta para a gente." Alego que não adianta esperar que algo volte se a gente não paga.

(Adaptado de: CALLIGARIS, Contardo. **Terra de ninguém**. São Paulo: Publifolha, 2004, p. 252-253)

6. Em relação ao que se costuma entender por liberalismo, o autor acredita que
- (A) o objetivo de uma realização coletiva só é alcançado quando já se garantiu plenamente o direito de uma realização pessoal.
 - (B) é equivocada a ideia de que a busca espontânea de satisfazer os interesses individuais redunde em benefício para todos.
 - (C) essa corrente de pensamento não obteve êxito por não convencer as pessoas de que o interesse privado é também um ideal público.
 - (D) os adeptos dessa tendência filosófica moderna interessam-se em promover uma tarefa de caráter social que a política não toma para si.
 - (E) somente pela imposição dessas novas ideias liberais a cada cidadão é que as políticas coletivistas podem obter algum sucesso.



7. Na conversa que manteve com o motorista do táxi, o autor firmou uma posição pessoal, representada no segmento
- (A) *nenhum malandro seria tolo a ponto de perseguir seu interesse particular de maneira excessiva* (1º parágrafo).
 - (B) *isso comprometeria o bem-estar dos outros* (1º parágrafo).
 - (C) *Falamos de perspectivas políticas* (3º parágrafo).
 - (D) *não fossem os ladrões, o país avançaria e resolveríamos todos os nossos problemas* (3º parágrafo).
 - (E) *não adianta esperar que algo volte se a gente não paga* (3º parágrafo).
-
8. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
- (A) *promoveu uma ideia curiosa* (1º parágrafo) = dispersou um pressuposto bizarro.
 - (B) *perseguir seu interesse particular* (1º parágrafo) = ir de encontro ao motivo pessoal.
 - (C) *indignado com a corrupção* (3º parágrafo) = infenso às falcaturas.
 - (D) *Alego que não adianta esperar* (3º parágrafo) = Argumento que é inócuo aguardar.
 - (E) *algo volte se a gente não paga* (3º parágrafo) = retorne o que não se ressarcir.
-
9. *Não paro de encontrar pessoas convencidas de que, cuidando só de seus interesses, elas, no mínimo, não fazem mal a ninguém.*
- A frase acima ganha uma nova, coerente e correta redação no seguinte caso: **Não paro de encontrar pessoas**
- (A) certas de que, preservando apenas o que lhes interessa, elas, pelo menos, não trazem prejuízo a ninguém.
 - (B) inteiradas de que ao tratar só dos seus interesses, não se esperem delas nem mesmo que possam prejudicar alguém.
 - (C) convictas quanto ao fato de que, por cuidarem delas exclusivamente, não impliquem no mal de quaisquer outros.
 - (D) em cujas certezas está que, pelo fato de preservar seus próprios interesses, não acarretam de qualquer malefício a outrem.
 - (E) presumidas da certeza segundo a qual nenhum mal efeito é proporcionado por quem se restringe às suas próprias necessidades.
-
10. Há ocorrência de forma verbal na voz passiva e pleno atendimento às normas de concordância na frase:
- (A) Costuma ocorrer com frequência, conforme a argumentação do autor do texto, distorções graves quanto ao que se entende por liberalismo.
 - (B) Não é dado a ninguém presumir que seus interesses pessoais, em todos os casos, haja de coincidir com os de seus semelhantes.
 - (C) Por que razão esperar que sejamos aquinhoados de um conjunto de benefícios que nada fizemos por merecer?
 - (D) Os impostos de renda dos sonegadores não poderão reverter em investimentos capazes de gerar benefícios públicos.
 - (E) O motorista de táxi acabou por fornecer ao autor argumentos que o deixou convencido da justeza de sua teoria sobre os liberais de ocasião.
-

Raciocínio Lógico-Matemático

11. Uma loja fez uma promoção e reduziu o preço do pneu em R\$ 30,00 a partir de primeiro de março. Três meses depois, a promoção terminou, e o preço do pneu foi reajustado em 15%, de modo que o novo preço ficou R\$ 0,30 maior do que o preço pelo qual o pneu era vendido antes da promoção. Supondo que não tenha havido outras alterações de preço no período, a soma dos algarismos que compunham, em reais, o preço do pneu antes da promoção é
- (A) 6.
 - (B) 10.
 - (C) 8.
 - (D) 7.
 - (E) 9.



12. As inscrições para um concurso ficaram abertas durante 31 dias. No total, inscreveram-se 1370 pessoas. Nessas condições,
- (A) pelo menos metade das inscrições concentraram-se em 15 dos 31 dias do período de inscrições.
 - (B) houve, pelo menos, uma inscrição em cada dia do período de inscrições.
 - (C) em nenhum dos dias do período de inscrições inscreveram-se mais do que 50 pessoas.
 - (D) em, pelo menos, um dos dias do período de inscrições, inscreveram-se, no máximo, 40 pessoas.
 - (E) em, pelo menos, um dos dias do período de inscrições, inscreveram-se, ao menos, 45 pessoas.
-
13. Um grupo de 17 amigos se reuniu para assistirem, juntos, um jogo na televisão e fizeram um levantamento entre eles sobre que comidas e bebidas deveriam comprar para o programa. Ao final do levantamento, contabilizaram-se, ao todo, 8 votos para refrigerante, 12 votos para sorvete e 8 votos para pizza. Sabe-se, também, que 3 dos amigos votaram para refrigerante e pizza, 5 votaram para refrigerante e sorvete, e 5 votaram para pizza e sorvete. O número de pessoas que votou para refrigerante, pizza e sorvete foi
- (A) 5.
 - (B) 1.
 - (C) 3.
 - (D) 4.
 - (E) 2.
-
14. Em um restaurante, para compor um prato, um cliente deve selecionar quatro ingredientes, sendo que, necessariamente, pelo menos, um deles deve ser um legume e, pelo menos, um deles deve ser uma carne. Há três opções de legumes e quatro opções de carnes. O número de combinações possíveis de pratos é
- (A) 7.
 - (B) 12.
 - (C) 64.
 - (D) 34.
 - (E) 14.
-

História do Amapá

15. As principais conquistas portuguesas obtidas pelo Tratado de Utrecht (1713) em relação às pretensões francesas na Amazônia foram:
- (A) o reconhecimento do Rio Oiapoque como fronteira entre as possessões francesas e portuguesas e a posse das duas margens na Foz do Rio Amazonas.
 - (B) a cessão de Caiena para o livre comércio empreendido por súditos portugueses e a posse da Fortaleza da Ilha do Diabo.
 - (C) a posse da margem sul do Rio Amazonas e a devolução de São Luís, antiga França Equinocial, aos portugueses.
 - (D) o domínio da Ilha do Marajó e o direito à navegação do Rio Amazonas, controlado pelos jesuítas franceses.
 - (E) a definição do Rio Caciaporé como fronteira entre as possessões francesas e portuguesas, e a conquista de Belém aos franceses.
-
16. Durante a Cabanagem, guerra civil que marcou o território do Grão Pará em meados do século XIX, o atual território do Amapá serviu como
- (A) palco das principais batalhas após o envio de embarcações pelo governo imperial e pela França, que foram atacadas por populares a partir da tomada da Fortaleza de São José.
 - (B) local de concentração de forças legalistas, principalmente em Macapá e Mazagão, amparadas pelas elites locais e contrárias aos cabanos.
 - (C) marco divisor na história do movimento, uma vez que foi em Macapá que ocorreu o assassinato do principal líder cabano, Antonio Vinagre, dando início ao genocídio que marcou a repressão aos revoltosos.
 - (D) campo de resistência contra as forças portuguesas, uma vez que lideranças cabanas assumiram o controle de Belém e Macapá por dois anos, onde montaram suas bases.
 - (E) cenário de combates intensos entre os cabanos e os legalistas, que, em minoria, foram obrigados a se refugiarem no interior do Amapá até o desfecho da guerra.
-



17. Considere o texto abaixo.

Com o aprofundamento da guerra, Vargas teve que escolher o lado norte-americano, uma vez cortadas as relações marítimas com a Europa. Conquistou mais ganhos materiais que nenhum outro país do continente, como armamentos e treinamento de uma tropa para lutar na Europa, a FEB (Força Expedicionária Brasileira), e dinheiro para instalação da primeira grande siderúrgica latino-americana, a CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) de Volta Redonda. Em troca, forneceu matérias-primas e produtos estratégicos, como a borracha, e cedeu 16 bases em território nacional para ocupação de soldados e oficiais dos Estados Unidos, como a Base Aérea do Amapá. Com a construção dessa Base, antes mesmo do Amapá se tornar território, o governo central demonstrou na prática a importância das terras amapaenses para o Brasil e para o mundo em guerra. Por conta da expansão alemã pela Europa e a África, o litoral norte do Brasil se tornou estrategicamente crucial, para concentrar as forças armadas que pudessem combater os nazistas nessa altura do Oceano Atlântico.

(Adaptado de: CAVLAK, Iuri e GRANJER, Stéphane. **Entre criação do Amapá e intercâmbios econômicos, as consequências da Segunda Guerra Mundial nas relações entre o Brasil e a Guiana Francesa** Revista Fronteiras & Debates, Macapá, v. 1, núm. 1, 2014, pp. 69-70)

Segundo o trecho acima,

- (A) a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional no Território do Amapá representou um ganho para o continente, uma vez que as relações com a Europa estavam prejudicadas devido à guerra.
- (B) a invasão nazista das terras amapaenses foi um fator decisivo para Getúlio Vargas aderir ao lado norte-americano, adotar estratégias militares e, naquele contexto, criar o Território do Amapá.
- (C) a construção da Base Aérea do Amapá está relacionada às negociações entre Brasil e Estados Unidos, bem como à localização estratégica que favorecia os objetivos dos aliados.
- (D) o Amapá e os outros estados da atual região Norte do Brasil foram escolhidos pelos EUA para a instalação das 16 bases militares que tinham a função de combater o avanço nazista pelo oceano Atlântico.
- (E) a decisão do governo de criar o Território Federal do Amapá ocorreu para viabilizar a instalação de uma base militar pelos EUA, de modo que as forças armadas combatessem melhor o avanço nazista durante a guerra.

Geografia do Amapá

18. São características demográficas do estado do Amapá:

- (A) Até o ano 2000, não contava com pessoas com 100 anos ou mais de vida, enquanto que em 2010 foram contabilizadas mais de 150 pessoas nessa faixa etária.
- (B) A população passa por um processo de envelhecimento, tal qual o Brasil, embora a taxa de fecundidade permaneça como uma das mais altas do país.
- (C) Com uma das menores taxas de mortalidade infantil da região Norte, o estado tem aumentado seu IDH, que chegou a 0,708 em 2010.
- (D) O censo de 2010 mostrou que, embora nasçam mais mulheres que homens, a partir dos 60 anos, há equilíbrio no número de homens e mulheres no estado.
- (E) A faixa etária de 0 a 4 anos predominava em 2000, enquanto que em 2010 a maior parte era composta de pessoas entre 15 e 19 anos.

19. Criado em 22 de agosto de 2002, o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque (PNMT) apresenta, dentre outras, as seguintes características:

- (A) Ter uma pequena parte de suas terras no estado do Pará; localizar-se no Escudo das Guianas; e o predomínio da Floresta Ombrófila.
- (B) Ser uma unidade de conservação fronteiriça; localizar-se na Bacia Sedimentar Amazônica; e o predomínio de Floresta Aluvial Aciculifoliada.
- (C) Abranger 6 municípios do estado; localizar-se no Escudo Brasileiro; e o predomínio de Floresta Decídua.
- (D) Fazer fronteira com um país; localizar-se na Bacia Sedimentar Amazônica; e o predomínio de Florestas de Galeria.
- (E) Estar localizado integralmente em terras amapaenses; localizar-se no Escudo das Guianas; e o predomínio de Florestas de Galeria.

20. Considere as afirmações abaixo sobre aspectos econômicos do estado do Amapá.

- I. Os principais setores industriais do estado são: Madeira/Mobiliário e Minerais não metálicos.
- II. Em 2013, as atividades agropecuárias e industriais, somadas, corresponderam a 55% do PIB do estado.
- III. Em 2012, o maior PIB *per capita* foi registrado no município de Mazagão, enquanto que o menor foi registrado no município de Amapari.

Está correto o que consta APENAS de

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II.
- (E) II e III.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

21. Uma entidade do setor público responsável pela aquisição e distribuição gratuita de medicamentos à população deve reconhecer uma variação patrimonial diminutiva, de acordo com o Regime Contábil (Patrimonial), quando
- (A) do empenho da despesa orçamentária para a aquisição dos medicamentos.
 - (B) da entrega dos medicamentos pelo fornecedor e respectivo reconhecimento do ativo.
 - (C) da liquidação da despesa orçamentária e respectivo reconhecimento do ativo.
 - (D) da distribuição dos medicamentos à população.
 - (E) do pagamento da despesa orçamentária ao fornecedor dos medicamentos.
-
22. Em 31/12/2017, um ente público estadual realizou o pagamento no valor de R\$ 15.000,00 referente ao seguro de um dos prédios que é utilizado para a prestação de serviços à população, cuja vigência do seguro é de 01/01/2018 a 31/12/2018. Sendo assim, em 31/12/2017, para registrar a transação, uma conta
- (A) das variações patrimoniais diminutivas foi debitada.
 - (B) do ativo circulante foi debitada.
 - (C) do passivo circulante foi creditada.
 - (D) do patrimônio líquido foi debitada.
 - (E) do ativo não circulante foi creditada.
-
23. Em 03/05/2018, um ente público estadual realizou a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 120.000,00, cujo recurso de cobertura para a abertura de tal crédito foi o superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 31/12/2017. Sendo assim, em 03/05/2018, para o registro da abertura do crédito adicional suplementar, o ente público estadual
- (A) creditou uma conta da classe Controles Devedores.
 - (B) creditou uma conta da classe Variações Patrimoniais Aumentativas.
 - (C) creditou uma conta da classe Passivo.
 - (D) debitou uma conta da classe Controles da Execução do Planejamento e Orçamento.
 - (E) debitou uma conta da classe Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento.
-
24. De acordo com a NBC TSP – Estrutura Conceitual, a característica qualitativa da informação denominada Comparabilidade
- (A) é aplicável a item individual de informação, mas não à relação entre dois ou mais itens de informação ou conjuntos de fenômenos.
 - (B) é sinônimo de consistência.
 - (C) é sinônimo de uniformidade.
 - (D) possibilita aos usuários identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos.
 - (E) é aprimorada ao fazer com que coisas distintas pareçam semelhantes.
-
25. De acordo com a NBC TSP 01 – Receita de Transação sem Contraprestação, as condições sobre ativos transferidos
- (A) são especificações que determinam que os benefícios econômicos futuros ou o potencial de serviços incorporados no ativo devam ser consumidos pelo receptor conforme especificado ou os benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços devam ser devolvidos ao transferente.
 - (B) ocorrem quando a entidade pode utilizar ou se beneficiar do ativo em busca de seus objetivos e pode excluir, ou regular, o acesso de outras partes aos benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços do ativo.
 - (C) são especificações que limitam ou direcionam os objetivos pelos quais o ativo possa ser utilizado, mas que não especificam que benefícios econômicos ou potencial de serviços futuros do ativo devam ser devolvidos ao transferente se não utilizados conforme especificado.
 - (D) são benefícios econômicos ou potencial de serviços compulsoriamente pagos ou a pagar às entidades do setor público, de acordo com a legislação ou outra regulamentação, estabelecidos para gerar receita para o governo.
 - (E) são benefícios econômicos ou potencial de serviços recebidos ou a receber pelas entidades do setor público, conforme determinado por tribunal ou por outra entidade com capacidade impositiva legal, como consequência de infração da legislação.
-
26. De acordo com a NBC TSP 02, uma receita de transação com contraprestação de um ente público estadual decorre
- (A) do recebimento de transferências constitucionais do governo federal.
 - (B) da prestação de serviços especializados de saúde a preços praticados no mercado.
 - (C) da ocorrência do fator gerador do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA.
 - (D) do recebimento de multas de trânsito.
 - (E) do lançamento de multas sobre impostos de competência estadual.



27. Uma entidade pública estadual reclamou, na justiça, o direito de receber uma multa pelo descumprimento de cláusulas de um contrato de prestação de serviços, citando a empresa contratada como ré. Em 31/12/2017, o setor jurídico da entidade pública estadual julgou que a entrada de benefícios econômicos ou potencial de serviços era provável, mas não certa. Anteriormente a 31/12/2017, o setor jurídico julgava que a entrada de benefícios econômicos ou potencial de serviços não era provável de acontecer. De acordo com a NBC TSP 03, em 31/12/2017,
- (A) o reconhecimento de um ativo contingente é obrigatório.
 - (B) o reconhecimento de um passivo contingente é obrigatório.
 - (C) o reconhecimento de uma provisão no ativo é obrigatório.
 - (D) a divulgação sobre um ativo contingente deve ocorrer.
 - (E) a divulgação sobre um passivo contingente deve ocorrer.
-
28. Em uma autarquia hospitalar estadual e de acordo com a NBC TSP 04, o estoque de
- (A) seringas, adquirido por meio de processo licitatório, deve ser mensurado pelo seu valor realizável líquido, se este for maior do que o seu custo.
 - (B) luvas cirúrgicas estéreis recebido em doação, em setembro de 2017, deve ser mensurado pelo seu valor justo na data das demonstrações contábeis de 31/12/2017.
 - (C) cartilhas para distribuição gratuita aos pacientes deve ser mensurado pelo seu custo corrente de reposição se este for maior do que o seu custo.
 - (D) material de limpeza adquirido por meio de processo licitatório pode ser valorado pelo critério primeiro a entrar, primeiro a sair – PEPS.
 - (E) medicamentos deve ter seu valor contábil reconhecido como despesa no resultado patrimonial no momento da entrega dos bens pelo fornecedor.
-
29. As normas estabelecidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público aplicam-se, obrigatoriamente, às
- (A) fundações instituídas e mantidas pelo setor privado.
 - (B) empresas estatais não dependentes.
 - (C) empresas de economia mista.
 - (D) autarquias estaduais.
 - (E) organizações sociais de saúde.
-
30. Nas demonstrações contábeis de um ente público estadual,
- (A) o aparelho de tomografia, utilizado nas atividades do referido ente, e com vida útil estimada em 6 anos, é classificado como Ativo Circulante.
 - (B) a contribuição dos proprietários é classificada como Variação Patrimonial Aumentativa.
 - (C) a despesa orçamentária, empenhada com material de consumo, mas ainda não liquidada, é classificada como Passivo Circulante.
 - (D) a distribuição aos proprietários é classificada como Variação Patrimonial Diminutiva.
 - (E) os juros sobre a dívida fundada são classificados como Variação Patrimonial Diminutiva.
-

Atenção: Para responder às questões de números 31 e 32, utilize as informações abaixo.

Em 31/07/2015, uma entidade pública estadual empenhou despesa orçamentária no valor de R\$ 976.000,00 referente à aquisição de um bem imóvel que seria utilizado para a prestação de serviços à população. Em 31/08/2015, o imóvel foi entregue à entidade pública e a despesa orçamentária foi liquidada pelo valor total do empenho. Em 30/09/2015, o imóvel foi colocado em condições de uso, mas para isso foi necessário contratar serviços de terceiros – pessoa jurídica, cuja despesa orçamentária no valor de R\$ 24.000,00 foi empenhada em 03/09/2015, cujos serviços foram prestados em setembro de 2015 e cuja despesa foi liquidada, pelo valor total do empenho, em 30/09/2015.

No reconhecimento do ativo, a vida útil e o valor residual do imóvel foram estimados, respectivamente, em 20 anos e R\$ 400.000,00 e não houve reestimativas desses parâmetros. A entidade pública estadual utiliza o método de custo para a mensuração após o reconhecimento e o método das quotas constantes para a apuração da depreciação.

Em 31/12/2017, após o reconhecimento da depreciação referente ao ano de 2017, a entidade pública estadual realizou o teste de redução ao valor recuperável do imóvel e constatou que, nessa data, o valor em uso do imóvel era R\$ 925.000,00 e o valor justo líquido de despesas de venda era R\$ 550.000,00.

31. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o valor da depreciação acumulada do imóvel em 31/12/2017 é, em reais,
- (A) 112.500,00.
 - (B) 30.000,00.
 - (C) 64.800,00.
 - (D) 70.000,00.
 - (E) 67.500,00.



32. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o imóvel em 31/12/2017, após o teste de redução ao valor recuperável, foi mensurado pelo valor de, em reais,
- (A) 925.000,00.
 - (B) 550.000,00.
 - (C) 932.500,00.
 - (D) 911.200,00.
 - (E) 887.500,00.
-
33. Em 31/10/2017, uma entidade pública estadual empenhou despesa com a aquisição do direito de uso de uma patente pelo valor total de R\$ 75.000,00, necessário à prestação de serviços à população. Em 30/11/2017, a despesa com a aquisição do direito de uso da patente foi liquidada pelo valor total do empenho, data em que o ativo intangível foi colocado em condições de uso e a entidade iniciou a sua utilização. A intenção da entidade é utilizar o direito de uso da patente pelo período permitido de 5 anos conforme os termos do contrato. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e sabendo que a entidade utiliza o método linear para o cálculo da amortização, em dezembro de 2017, uma conta
- (A) do ativo foi creditada pelo valor de R\$ 2.500,00.
 - (B) do ativo foi debitada pelo valor de R\$ 1.250,00.
 - (C) do passivo foi creditada pelo valor de R\$ 1.250,00.
 - (D) de variação patrimonial diminutiva foi creditada pelo valor de R\$ 2.500,00.
 - (E) de variação patrimonial diminutiva foi debitada pelo valor de R\$ 1.250,00.
-
34. Em 31/12/2017, o setor jurídico de uma entidade pública estadual julgou que existia uma obrigação presente decorrente de riscos de um contrato de Parceria Público-Privada (PPP) e que a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços era provável para liquidar a obrigação. Apesar de ser possível realizar uma estimativa confiável do valor da obrigação, nenhum passivo havia sido reconhecido até 31/12/2017. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, na entidade pública, em 31/12/2017, deve haver
- (A) o desreconhecimento de uma provisão.
 - (B) o reconhecimento de um passivo contingente.
 - (C) o reconhecimento de uma provisão.
 - (D) a evidenciação de um passivo contingente.
 - (E) a reversão de uma variação patrimonial diminutiva.

Atenção: Para responder às questões de números 35 a 37, utilize as informações abaixo.

Considere as transações hipotéticas ocorridas no mês de setembro de 2018 em uma determinada entidade pública estadual:

- Empenho e liquidação de despesa com material de expediente no valor de R\$ 400.000,00. A despesa foi paga pelo valor total do empenho em outubro de 2018.
- Lançamento e arrecadação de Taxas no valor de R\$ 82.000,00. Tais receitas são referentes ao mês de setembro de 2018.
- Arrecadação de receitas de aluguel no valor de R\$ 10.000,00. Tais receitas são referentes ao mês de agosto de 2018.
- Lançamento de Receitas de Serviços no valor de R\$ 9.400.000,00 referentes ao mês de setembro de 2018. As receitas foram arrecadadas em outubro de 2018.
- Pagamento de despesa com Pessoal e Encargos Sociais no valor de R\$ 7.600.000,00. As despesas foram empenhadas e liquidadas em agosto de 2018.
- Empenho e liquidação de despesa com Pessoal e Encargos Sociais no valor de R\$ 7.830.000,00 referente ao mês de setembro de 2018. A despesa foi paga pelo valor total do empenho em outubro de 2018.
- Reconhecimento da depreciação mensal do Ativo Imobilizado no valor de R\$ 625.000,00.
- Empenho e liquidação de despesa com Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, no valor de R\$ 28.000,00 referente à prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de iluminação e de emergência. A despesa foi paga pelo valor total do empenho em outubro de 2018.
- Pagamento a fornecedores no valor de R\$ 384.000,00 referentes a despesas com material de distribuição gratuita. As despesas foram empenhadas e liquidadas em agosto de 2018. Todo o material foi distribuído em agosto de 2018.
- Consumo de material de expediente no valor de R\$ 164.000,00 na prestação de serviços à população. A nota de empenho referente à aquisição foi emitida em agosto de 2018, mês em que a despesa foi liquidada e paga.

Observação: As despesas com Pessoal e Encargos Sociais são despesas correntes.

35. Com base nessas transações tomadas em conjunto, o aumento do ativo total no mês de setembro de 2018 foi, em reais,
- (A) 1.119.000,00.
 - (B) 709.000,00.
 - (C) 1.109.000,00.
 - (D) 9.093.000,00.
 - (E) 1.734.000,00.



36. Com base nas transações ocorridas no mês de setembro de 2018 tomadas em conjunto, o impacto no resultado de execução orçamentária referente ao exercício financeiro de 2018, apurado conforme a Lei nº 4.320/1964, foi
- (A) uma redução de R\$ 7.892.000,00.
 - (B) uma redução de R\$ 8.166.000,00.
 - (C) um aumento de R\$ 1.234.000,00.
 - (D) um aumento de R\$ 1.224.000,00.
 - (E) uma redução de R\$ 8.955.000,00.

37. Com base nas transações ocorridas no mês de setembro de 2018 tomadas em conjunto, o impacto no resultado patrimonial referente ao exercício financeiro de 2018 foi um aumento, em reais, de
- (A) 845.000,00.
 - (B) 599.000,00.
 - (C) 835.000,00.
 - (D) 863.000,00.
 - (E) 451.000,00.

38. Considere os dados hipotéticos, abaixo, extraídos das demonstrações contábeis de uma determinada entidade pública estadual referente ao exercício financeiro de 2017.

Receita Orçamentária Arrecadada:	R\$ 1.950.000,00.
Dotação Atualizada:	R\$ 5.000.000,00.
Despesa Orçamentária Empenhada:	R\$ 4.930.000,00.
Transferências Financeiras Recebidas:.....	R\$ 3.100.000,00.
Recebimento de Depósito Caução:	R\$ 200.000,00.
Pagamento de Restos a Pagar:.....	R\$ 673.000,00.
Reconhecimento do Ajuste de Perdas em Estoques:.....	R\$ 90.000,00.
Inscrição de Restos a Pagar em 31/12/2017:.....	R\$ 942.000,00.

Com base nesses dados, o resultado financeiro evidenciado no Balanço Financeiro referente ao ano de 2017 foi

- (A) positivo em R\$ 389.000,00.
 - (B) positivo em R\$ 499.000,00.
 - (C) negativo em R\$ 2.511.000,00.
 - (D) negativo em R\$ 3.453.000,00.
 - (E) positivo em R\$ 589.000,00.
39. Em janeiro de 2018, ocorreu o empenho, a liquidação e o pagamento de despesas de exercícios anteriores em decorrência da entrega de um lote de microcomputadores por um dos fornecedores de um ente público estadual, em prazo compatível com os termos do contrato, mas cujo empenho emitido em 2017 havia sido anulado no final do exercício financeiro de 2017. Os microcomputadores foram colocados em condição de uso em 01/02/2018, data em que a Secretaria de Educação do ente público estadual começou a utilizá-los em suas atividades administrativas, com estimativa de vida útil de 3 anos. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, no ente público estadual, em janeiro de 2018, houve o
- (A) reconhecimento de um ativo imobilizado.
 - (B) reconhecimento de uma variação patrimonial diminutiva.
 - (C) desreconhecimento do cancelamento de restos a pagar processados.
 - (D) desreconhecimento do cancelamento de restos a pagar não processados.
 - (E) reconhecimento de uma variação patrimonial aumentativa.
40. No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, as contas “Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas” e “Adiantamentos de Clientes” pertencem, respectivamente, às classes
- (A) 4 e 2.
 - (B) 4 e 1.
 - (C) 5 e 2.
 - (D) 5 e 1.
 - (E) 1 e 1.



41. Todas as receitas e despesas orçamentárias de uma autarquia de ensino estadual devem ser, respectivamente, previstas e fixadas na Lei Orçamentária Anual do estado a que pertence em atendimento ao princípio orçamentário da
- (A) universalidade.
 - (B) prudência.
 - (C) exclusividade.
 - (D) fidedignidade.
 - (E) publicidade.
-
42. Na elaboração
- (A) da Lei Orçamentária Anual, o Poder Legislativo Estadual deve inserir em seus dispositivos critérios para a utilização da Reserva de Contingência.
 - (B) da Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Poder Executivo Estadual deve detalhar todas as despesas fixadas para um determinado exercício financeiro por elementos de despesa e por projetos e atividades.
 - (C) da Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Poder Executivo Estadual deve inserir dispositivos sobre normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.
 - (D) do Plano Plurianual, os programas e metas devem ser estabelecidos pelo Poder Executivo Estadual para um período de quatro anos, com início da vigência no primeiro ano do mandato do Governador eleito.
 - (E) da Lei Orçamentária Anual, o Poder Legislativo Estadual pode inserir em seus dispositivos autorização para abertura de créditos adicionais especiais.
-
43. De acordo com a classificação por estrutura programática, uma ação classificada como atividade é
- (A) construir 150 km de uma estrada.
 - (B) implantar um sistema de informação.
 - (C) expandir a capacidade de um aterro sanitário.
 - (D) fiscalizar estabelecimentos no âmbito da vigilância sanitária.
 - (E) aperfeiçoar os critérios de controle de estoques.
-
44. De acordo com a Constituição Federal de 1988, os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do Projeto de Lei Orçamentária Anual, ficarem sem despesas correspondentes
- (A) deverão compor o superávit financeiro do ano a que se refere a Lei Orçamentária Anual.
 - (B) poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais, com prévia e específica autorização legislativa.
 - (C) poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos suplementares, sem a necessidade de prévia e específica autorização legislativa.
 - (D) poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos extraordinários, sem a necessidade de prévia e específica autorização legislativa.
 - (E) deverão compor as despesas relacionadas às ações e serviços públicos de saúde, sem a necessidade de prévia e específica autorização legislativa.
-
45. Em 10/10/2018, um devedor pagou, em uma das instituições financeiras autorizadas pelo ente público estadual a quem devia, o valor de R\$ 10.000,00 referente a uma cessão de direito de uso, conforme especificado no documento de arrecadação. Sendo assim, em 10/10/2018, houve
- (A) o recolhimento de uma receita de serviços.
 - (B) a arrecadação de uma transferência de capital.
 - (C) a arrecadação de uma receita patrimonial.
 - (D) o lançamento de uma receita de capital.
 - (E) o lançamento de uma receita corrente.
-
46. No dia 11/10/2018, uma empresa realizou a prestação de serviços de manutenção dos aparelhos de ar condicionado de uma entidade pública estadual, conforme especificado na nota de empenho emitida no dia 06/09/2018. No dia 15/10/2018, um dos gestores da entidade confrontou o contrato assinado com o fornecedor, a referida nota de empenho e os comprovantes da prestação do serviço com a finalidade de verificar o direito adquirido pela empresa. De acordo com a Lei nº 4.320/1964, em
- (A) 11/10/2018 ocorreu a liquidação de uma despesa orçamentária de capital.
 - (B) 15/10/2018 ocorreu a liquidação de uma despesa orçamentária de capital.
 - (C) 15/10/2018 ocorreu a liquidação de uma despesa orçamentária corrente.
 - (D) 11/10/2018 ocorreu a liquidação de uma despesa orçamentária corrente.
 - (E) 15/10/2018 ocorreu a realização de uma despesa orçamentária de capital.



47. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a obtenção de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária no valor de R\$ 500.000,00 e a devolução de depósito caução no valor de R\$ 35.000,00 correspondem, respectivamente, a
- (A) um ingresso extraorçamentário e a um dispêndio extraorçamentário.
 - (B) um ingresso extraorçamentário e a uma despesa orçamentária.
 - (C) uma receita orçamentária de capital e a uma despesa orçamentária.
 - (D) uma receita orçamentária de capital e a um dispêndio extraorçamentário.
 - (E) uma receita orçamentária corrente e a um dispêndio extraorçamentário.

48. A Lei Orçamentária Anual – LOA referente ao exercício financeiro de 2017 de um ente público estadual contém um dispositivo que autoriza a abertura de créditos suplementares até o limite de 15% da Receita Corrente prevista na referida lei que foi R\$ 850.000.000,00. Tal limite não havia sido utilizado até o dia 28/04/2017.

No dia 31/01/2017, o chefe do Poder Executivo estadual assinou um convênio com a União no âmbito do Sistema Único de Saúde para a construção de um hospital especializado em transplantes. O período de execução da obra é de 03/07/2017 a 31/12/2020, sendo que o ente público estadual deveria realizar uma despesa orçamentária de R\$ 2.600.000,00 no exercício financeiro de 2017. Todavia, a LOA referente a 2017 não apresentava créditos e dotações específicos para despesas com investimentos.

Para a realização da despesa orçamentária referente à construção do hospital, em 28/04/2017, o limite estabelecido na LOA

- (A) poderia ser utilizado para a abertura do crédito adicional e a construção do hospital deveria estar incluída no Plano Plurianual ou em lei que tivesse autorizado a sua inclusão.
 - (B) não poderia ser utilizado para a abertura do crédito adicional e a construção do hospital deveria estar incluída no Plano Plurianual ou em lei que tivesse autorizado a sua inclusão.
 - (C) poderia ser utilizado para a abertura do crédito adicional e a construção do hospital não precisaria estar incluída no Plano Plurianual ou em lei que tivesse autorizado a sua inclusão.
 - (D) poderia ser utilizado para a abertura do crédito adicional e a construção do hospital não precisaria ser compatível as prioridades definidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - (E) não poderia ser utilizado para a abertura do crédito adicional e a construção do hospital não dependia de ter recursos disponíveis para ocorrer a despesa.
49. De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, na apuração da Receita Corrente Líquida de um ente público estadual, referente ao exercício financeiro de 2017, são
- (A) somados os valores das receitas de serviços lançadas em 2017 e arrecadadas em 2018.
 - (B) deduzidos os valores das transferências voluntárias a municípios realizadas em 2017.
 - (C) somados os valores das receitas de alienação de bens lançadas e arrecadadas em 2017.
 - (D) deduzidos os valores das transferências correntes constitucionais recebidas da União em 2017.
 - (E) somados os valores das receitas de contribuições lançadas em 2016 e arrecadadas em 2017.

50. Considere os dados abaixo extraídos das demonstrações contábeis de um ente público estadual referentes ao exercício financeiro de 2017, cujos valores estão em reais.

Despesas	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenho	Liquidação	Pagamento
Amortização da Dívida	500.000,00	500.000,00	490.000,00	490.000,00	345.000,00
Inversões Financeiras	3.900.000,00	4.250.000,00	4.150.000,00	2.400.000,00	1.650.000,00
Investimentos	11.000.000,00	11.000.000,00	7.000.000,00	3.600.000,00	2.500.000,00
Juros e Encargos da Dívida	100.000,00	100.000,00	90.000,00	85.000,00	84.000,00
Outras Despesas Correntes	25.000.000,00	25.000.000,00	23.500.000,00	22.300.000,00	19.900.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	45.000.000,00	46.000.000,00	43.200.000,00	42.400.000,00	41.000.000,00

Com base nesses dados, o valor inscrito, em 31/12/2017, em Restos a Pagar não Processados em decorrência da execução orçamentária da despesa corrente foi, em reais,

- (A) 3.801.000,00.
- (B) 2.005.000,00.
- (C) 5.806.000,00.
- (D) 2.000.000,00.
- (E) 3.800.000,00.



PROVA DISCURSIVA-REDAÇÃO

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado. Capítulo 9: 9.3 Na Prova Discursiva-Redação, o candidato deverá desenvolver texto dissertativo-argumentativo a partir de proposta única, sobre assunto de interesse geral. 9.5 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na Prova Discursiva-Redação, os candidatos devem usar as normas ortográficas em vigor a partir de 1º de janeiro de 2016, implementadas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 9.6 Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) não atender aos critérios dispostos nos quesitos 9.4.1 – Conteúdo, 9.4.2 – Estrutura e 9.4.3 – Expressão. c) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; d) for assinada fora do local apropriado; e) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; f) for escrita a lápis, em parte ou em sua totalidade; g) estiver em branco; h) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; i) não atender aos requisitos definidos na grade correção/máscara de critérios pela Banca Examinadora. 9.7 Na Prova Discursiva-Redação, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 9.8 Na Prova Discursiva-Redação deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 9.9 A Prova Discursiva-Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a **60 (sessenta) pontos**.

Observação: NÃO é necessária e/ou obrigatória a colocação de título na sua Redação.

I

Com o incêndio do Museu Nacional não pusemos a perder somente pesquisas e peças antiquíssimas de um valor que não pode ser medido, mas registros fonográficos de povos indígenas cujas línguas já não existem e que constituíam não apenas um documento linguístico, mas compunham o retrato de uma cultura.

II

O regramento social dentro de uma cultura plural e mesmo entre culturas distintas não se pauta apenas em noções abstratas de justiça e igualdade, mas em noções concretas, extraídas da experiência, das necessidades e anseios das pessoas.

Com base no que se afirma em I e II, redija um texto dissertativo-argumentativo a respeito do tema:

O papel da memória na compreensão de uma sociedade

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	